

e impedimentos de ambos, é designada a vice-presidente Dr.ª Maria Angélica Mecheiro de Almeida Carvalho para me substituir.

15 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4923/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço à Dr. Fernando Jorge Lopes Gomes da Silva, nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, da Câmara Municipal de Fafe, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 250, de 23 de Outubro de 2004, e termo de aceitação da mesma data, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4924/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço à Dr.ª Vera Maria Nunes Belo Marques, técnica superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário, transferida da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho para a Câmara Municipal de São João da Madeira, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 234, de 4 de Outubro de 2004, e termo de aceitação de 1 de Setembro de 2004, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4925/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao Dr. Ricardo Jorge Lobo Ribeiro, nomeado técnico superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário, da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 180, de 2 de Agosto de 2004, e termo de aceitação da mesma data, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, Pesca e Florestas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma.

4 de Fevereiro de 2005. — O Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Carlos Henrique da Costa Neves*.

Despacho n.º 4926/2005 (2.ª série). — Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 3 do artigo 157.º daquele diploma que, por despacho do Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Odemira é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

António Manuel Pereira Sabino.
António Manuel Ramos.
José Godinho Rodrigues Correia.

Representantes dos agricultores:

António Inácio Lourenço Guerreiro.
António Manuel Samora.

Representante das ZCT do concelho:

João Falcão Malheiro Garcia.

Representante das associações de defesa do ambiente:

Carlos Alberto Marques Pinto Pereira.

Autarca da freguesia:

João Manuel dos Reis Guerreiro.

Representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais:

Luís Miguel Loução Guerreiro Vilhena.

Representante do Instituto da Conservação da Natureza:

Carlos Braga.

2.º Em caso de impedimento de qualquer dos vogais, pode o mesmo fazer-se representar por um substituto devidamente credenciado pela organização que representa.

23 de Fevereiro de 2005. — Pelo Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, *Luís António Pires Pinheiro*, Secretário de Estado das Florestas.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 46/2005. — *Listagem de subsídios concedidos no 2.º semestre de 2004 pelo Gabinete do Ministro da Agricultura, Pesca e Florestas, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:*

Beneficiário	Montante (em euros)	Data de decisão
1 — Associação Portuguesa de Horticultura . . .	5 000	23-7-2004
2 — Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal	10 000	27-7-2004
3 — CAP — Conf. dos Agric. de Portugal . . .	59 166	25-11-2004

21 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca e Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola

Despacho n.º 4927/2005 (2.ª série). — Em conformidade com o previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro, no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, e o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pesca (IFADAP) e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), na sua reunião de 18 de Fevereiro de 2005, deliberou:

1 — Delegar no Dr. José Fonseca Esteves, director-coordenador das ajudas às superfícies, a competência para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CE) n.º 2702/1999, relativo a acções de informação e promoção a favor de produtos agrícolas em países terceiros, e do Regulamento (CE) n.º 2826/2000, relativo a acções de informação e promoção a favor dos produtos agrícolas no mercado interno.

2 — Delegar no Dr. José Egídio Barbeito, director-coordenador das ajudas aos animais, a competência para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 2174/92, da Comissão, de 30 de Julho, que estabelece as normas de execução da ajuda à armazenagem privada de queijos Ilha e São Jorge, bem como para outorga dos contratos a celebrar no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, da Comissão, de 29 de Outubro, que estabelece as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da Comunidade.

3 — Delegar nos dirigentes a seguir discriminados:

Dr. Guilherme Lagido Domingos, director regional de Entre Douro e Minho;
Dr.ª Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, directora regional de Trás-os-Montes;
Dr. Fernando Augusto Gomes da Cruz, director regional da Beira Litoral;
Dr. Manuel Lopes Marcelo, director regional da Beira Interior;
Dr. António José Hilário Ferreira, director regional do Ribatejo e Oeste;